

Opção política como referencial teórico: uma reflexão sobre a história dos trabalhadores de Contagem – Minas Gerais em 1968

Edgard Leite de Oliveira¹

RESUMO

Em abril de 1968 trabalhadores da região industrial de Contagem organizam a primeira greve após o golpe militar de 1964 e uma das mais importantes greves da história do movimento operário brasileiro. Tema sempre citado em outros estudos sobre esse período histórico, entretanto sem que tivesse sido objeto central de investigação. Defendemos uma tese de mestrado sobre este assunto em 2010, este artigo é a reflexão metodológica elaborada durante a construção da pesquisa.

Palavras Chave: Memória, Experiência, Método, Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

This article discusses the methodology involved in historical researches of the labour movement. Its background is the 1968 strike launched by the workers of Contagem's industrial district. That was the first strike after the 1964 Military Coup in Brazil and came to be one of the most significant strikes in Brazilian history. It has always been mentioned in studies on this particular historical period, but has never been the subject of a specific research.

Keywords: Memory, Experience, Method, Working Class

¹ Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

1. Introdução

Este artigo é uma reflexão quanto às possibilidades de pesquisa sobre a classe trabalhadora, é uma reflexão metodológica tendo como pano de fundo as greve dos trabalhadores metalúrgicos de Contagem em 1968. O tema foi objeto de pesquisa e resultou na dissertação de mestrado apresentada, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em 2010.

O ano de 1968 tornou-se um ano enigmático, pois foi o ponto de partida de várias transformações sociais, políticas e comportamentais em todo o mundo. Neste período de guerra fria, a juventude e a esquerda mundial se rebelavam contra os valores imperialistas do Capitalismo, e contra o chamado *Socialismo Real*, nome que foi dado ao Comunismo ortodoxo implantado nos países do leste Europeu. Foi um ano de manifestações populares em todo o mundo.

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E, no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza dos regimes aparentemente firmes. (HOBBSAWM, 1995, p. 431).

No Brasil não foi diferente. Logo em março de 68 foi assassinado no Rio de Janeiro o estudante secundarista Edson Luís. Isso faz com que intelectuais, religiosos e estudantes se opusessem a ditadura militar e realizasse a “Marcha dos Cem Mil”, no Rio de Janeiro, em junho de 1968, reivindicando o fim da repressão, o fim da censura e a redemocratização do país. O governo ditatorial responderia meses depois com o Ato Institucional número 5.

Os operários de Contagem, nesse período, além de toda a convulsão nacional, sofriam também com as péssimas condições de trabalho imposta pelo capital industrial. Com o crescimento da cidade de Contagem e seu complexo industrial, desde a década de 50, fica evidente o contraste entre o progresso e as condições de vida dos trabalhadores da cidade.

A greve de abril de 1968, não só expressou a insatisfação dos trabalhadores com o baixo salário e o agravamento de suas condições desumanas de trabalho, mas também a recusa desses trabalhadores ao projeto de progresso que não os incluía como sujeitos com direitos.

Certamente, uma taxa de crescimento populacional sem precedentes e a concentração nas áreas industriais criariam sérios problemas em qualquer sociedade, mas principalmente numa que se fundamentasse na obtenção de lucro e na hostilidade ao planejamento. Podemos considerá-las como problemas inerentes à industrialização, agravadas pela tendência predatória do *laissez-faire* capitalista. (THOMPSON, 1987, p. 189).

Investigamos as estratégias de exploração a que esses trabalhadores foram submetidos dando voz a seus anseios, angústias, precariedades e sofrimentos, através de uma leitura atenta e crítica dos documentos primários produzidos pela imprensa oficial e pela imprensa sindical que relatam a exclusão dessa manifestação de 1968.

...e é na diversidade deste cotidiano que se instituem práticas políticas, estas que em abril de 1968, surgem com mais força, questionando a lógica de um progresso irreversível, a lógica da organização racional do trabalho, a lógica da sociedade moderna produtivista e burocratizada que ameaça a identidade do sujeito, procurando tudo uniformizar. Por sua escolha e ação, os trabalhadores mostram que são sujeitos com vontade, com autonomia do falar, do pensar e do agir... (NEVES, 1995, p. 146).

Para compreender essa manifestação, buscamos as relações sociais e políticas existentes no meio operário, analisando, nas fontes, as práticas e experiências cotidianas, familiares, educacionais e sindicais. De acordo com Neves, a “Experiência que foi sendo formada historicamente, com base na cultura e na política, no cotidiano vivido por cada um dos trabalhadores... Cotidiano constituído pelo espaço da casa e também do bairro, da fábrica e do sindicato” (NEVES, 1995, p.145).

Destacamos ainda a relação dos movimentos operários de Contagem em 1968, com os movimentos dos operários de outras regiões do país, como por exemplo, os operários de Osasco que, dias depois, também se organizaram em paralisação. Para isso foi necessário explorar o cenário político e econômico do país na época.

Porém durante a pesquisa, sobre um tema que desperta paixões por ser tão contemporâneo, nos inquietou a possibilidade de escolhas metodológicas e buscamos aqui refletir sobre elas.

Para a produção do conhecimento histórico há de se considerar dois tempos, o do desenrolar do fato propriamente dito e a do tempo de produção de interpretações e narrativas sobre o acontecimento. Para escrever um trabalho referente ao período de ditadura militar no Brasil, é quase impossível uma produção isenta da influência de teorias ou concepções que o objeto carrega consigo, da sua gênese aos dias atuais. Sujeitos, teorias, concepções de época passada, ainda presentes, levam o pesquisador a opções voluntárias e involuntárias para o caminho a ser seguido. A dimensão histórica

deste trabalho reflete a opção teórica e metodológica do pesquisador que elaborou essa análise.

A *história vista de baixo*, como opção historiográfica é usual, questionadora e muitas vezes questionada, mas buscamos nela o fio condutor desta pesquisa. Tal opção não pode ser considerada inovadora, nem tão pouco ultrapassada, tendo em vista que um grande número de historiadores brasileiros e latino-americanos tem construído parte da história, sob esta perspectiva.

... A história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história. (SHARPE in: BURKE, 1992, p. 59).

Porém, mesmo na atualidade, após idas e vindas de métodos e referenciais de pesquisas históricas, se faz necessário afirmar tal expressão e suas implicações, como provoca Jim Sharpe, para aqueles que *ainda consideram a experiência de massa do povo no passado como inacessível ou sem importância; (que) não a considera um problema histórico* (SHARPE in: BURKE, 1992, p. 59), buscamos aqui recolocar a história destes sujeitos na história acadêmica, pois na história popular já se fazem presentes.

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual 'obsoleto', o artesão 'utopista'... Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não. (THOMPSON, 1987, p. 13).

Assim como Thompson na obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, buscamos nosso pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual obsoleto, e encontramos os operários industriais de Contagem, que em 1968 se forjaram como sujeitos da história, não da história tradicional que os excluem de suas páginas, mas de uma *história vista de baixo*.

Ao assumir a construção de uma *história vista de baixo*, assumimos também as dificuldades encontradas no percurso de um trabalho acadêmico nessa perspectiva, principalmente com relação às fontes históricas, Jim Sharpe (SHARPE in: BURKE, 1992, p. 43) afirma que, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade

de fontes à sua disposição. A pouca quantidade e fragilidade das fontes escritas, quando a história buscada não é a história das classes dominantes, faz do historiador um investigador de ofício.

Jim Sharpe afirma ainda que, outras questões na escolha de *qual história*² será contada envolverá o historiador em questões difíceis de serem solucionadas com simplicidade. Tais questões colocarão o historiador diante de um tema complexo, a objetividade na história.

Sabemos da existência de estudos sobre cultura política no marco temporal de 1968, sobre operários aqui pesquisados, formada no tempo, com longa duração, construída através de costumes e tradições, objeto de estudo onde pesquisadores tem trabalhado com seriedade, porém não o aprofundaremos nesta pesquisa. Pois, ainda persiste a dúvida do possível esvaziamento político e de análises mais profundas quando pesquisamos culturas políticas. Buscaremos aqui os fatos, pois acreditamos que algumas análises políticas da história se equivocam, como diz Hobsbawn:

...a ascensão das modas intelectuais ‘pós-modernas’ nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de Literatura e Antropologia, as quais implicam que todos os ‘fatos’ com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais – em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não... (HOBSBAWN, 1998, p. 17).

Não comparamos aqui os historiadores tradicionais positivistas aos historiadores que buscam na cultura política uma forma de interpretação, os primeiros em nada contribuem para uma análise política mais profunda. Porém, entendemos o estudo da cultura política como método e não como fundamento teórico, pensamos que corremos o grande risco de esvaziarmos a luta de classes, e ofuscarmos as relações de poder estabelecidas no nosso objeto.

Fizemos a opção, talvez política, diante do objeto pesquisado, de buscarmos uma interpretação que recoloque as possibilidades de análise diante de uma verdade histórica, não a verdade enquanto interpretação, pois esta será sempre digna de questionamento, mas a verdade enquanto os fatos que nos motivaram a pesquisar, e ora ou outra, é questionado.

² A expressão faz referência às opções teóricas e metodológicas que envolvem o historiador conforme a escolha do objeto a ser estudado.

Parafrazeando Hobsbawn, *ou houve ditadura com um governo opressor e autoritário, ou não*. Acreditamos que sim, diante disso analisamos e buscamos condições de interpretarmos o período sem manipulação de fontes, fatos ou análises. Como diz Le Goff:

As condições em que o historiador trabalha explicam também que, hoje como sempre, se ponha o problema da objetividade. A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não inocência do documento, pôs em evidencia os processos de manipulação que se manifestam a todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta verificação do fato não deve conduzir a um ceticismo de fundo da objetividade histórica e ao abandono da noção de verdade na história; pelo contrário, os progressos contínuos no desvendar e na denúncia das mistificações e falsificações da história permitem que se seja relativamente otimistas a este respeito. (LE GOFF, 1994, p.12).

Em contraposição a essa possibilidade de mistificação, falsificação ou apropriação indevida da história tradicional dos grandes homens, buscamos recolocar o lugar social, político e cultural destes trabalhadores. Buscamos empenhar o papel importante de recordar que a nossa identidade atual não foi construída apenas por príncipes, presidentes ou generais. As *peçoas comuns* abordadas por tal história, não são apenas um dos problemas com que os governos tinham que lidar, mas sim agentes, cujas ações afetaram o mundo.

História de um passado próximo que nem sempre é lembrada, relembada, escrita, buscada. Essa história fica ali, sabemos que existe, mas não a incomodamos, talvez pela proximidade do pesquisador diante do que precisa ser contado, talvez pela *distância histórica*³, não tão distante.

Um passado destruído ou esquecido, nem sempre por acaso. Isso faz da greve de 68 em Contagem uma importante história a ser pesquisada/contada, como diz Hobsbawn:

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (HOBSBAWN, 1995, p.13).

³ Entende-se como distância histórica, o período de tempo suficiente para que o historiador possa pesquisar o objeto sem envolvimento, paixões e etc. Escutei certa vez alguém dizer, ou melhor, um amigo historiador da UFRRJ, Bruno Silva de Souza em conversa informal, que o século XX não há história, quem o conta são jornalistas e não historiadores, se referido a pouca distância dos fatos, pelo historiador que o conta. Acredito que o minuto passado já é história, e digna de pesquisa, porém acredito que o período militar suscita questões que ainda nos envolve na atualidade.

Apesar das estratégias de esquecimento implantadas pelo governo militar se torna impossível desfazer o fazer-se da classe operária como um processo histórico. Pois segundo Thompson (THOMPSON, 1987, p. 17): *O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da economia...* Pretendemos compreender a greve de abril de 1968 em Contagem, como parte de um conjunto de elementos que vivenciava a classe operária neste momento.

Nesse sentido, investigar a classe operária percebendo os mecanismos e as estratégias formuladas pela elite que dirigia o país permite também, iluminar as ações de resistência e de não submissão passiva diante do poder que pretende impor seu interesse econômico através da exploração dos trabalhadores.

Estudar a classe operária significa estudar uma sociedade, sob a visão de um sujeito tradicionalmente excluído pelo sistema social, e que submete os seus interesses a uma relação de força com a classe dominante. Sistema que utiliza mecanismos de dominação e estratégias de controle como subordinação social.

Por outro lado, criar a memória das ações operárias de 1968 significa, do ponto de vista de Walter Benjamin, *escovar a história a contra pelo*. Pois, o historiador que pretende ser revolucionário não participa do *cortejo triunfal da história*, mas evoca a lembrança daqueles que sofreram com a exploração injusta de seus trabalhos (BENJAMIM, 1994, p. 225).

Com a pesquisa buscamos ir além da memória restrita destes trabalhadores que constam nos arquivos, o que chamamos de memória oficial. Buscamos como diz Maria Ciavatta, *chamar a atenção para importância da preservação da memória de sua vida e de suas lutas pelos próprios trabalhadores, como parte da constituição de sua identidade, para o reconhecimento do seu papel na sociedade e na construção da democracia*. Contrapondo a política de estratégia de esquecimento, utilizada pelo governo militar e os governos democráticos que o sucederam (CIAVATTA, 2002, p. 36).

Identificamos a necessidade de reconstruir a história deste período através da visão destes trabalhadores, através de suas lembranças, procurando analisar e buscar lembranças comuns entre os sujeitos, como diz o autor Maurice Halbwachs:

... É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele reciprocamente...

Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída... (HALBWACHS, 2004, p. 39).

Segundo Benjamim (1994, p. 224), reconstruir o passado historicamente *não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’, mas apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo*. O perigo, ao qual se refere Benjamim, está na possibilidade de as classes dominantes se apropriarem da memória e da tradição, utilizando-as como instrumento de poder. Por isso, o autor considera ser necessário, em cada época, *arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela* (VIEIRA, 2006, p. 16).

Ainda para Benjamim, as classes e grupos dominantes exercem sua dominação em instrumentos que materializam a cultura, e não somente nas relações de poder políticas e econômicas. Segundo ele, *nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura*. Nesta pesquisa especificamente, a transmissão da cultura destes operários, não absorvida pela história contada pelas classes dominantes (BENJAMIM, 1994, p. 225).

O autor propõe um papel mais crítico para a memória, para que essa possibilite o resgate de experiências que foram silenciadas, rompendo assim com a temporalidade linear e homogênea constitutiva das memórias dominantes.

A memória é sempre disputada, quando envolve história e cultura política. A *trincheira de ideias* é de onde o revolucionário há de desprender mais força, pois o resultado da luta tem uma longa duração. Estas batalhas no terreno da memória também são salientadas por Daniel Aarão Reis (REIS, RIDENTI e MOTTA, 2004, p. 30):

Como se sabe, em História, quando ainda se desenrolam os encontros nos terrenos de luta, ou mal se encerram, o sangue ainda fresco dos feridos, e os mortos sem sepultura, já se desencadeiam as batalhas de memória. Nelas os vitoriosos no *terreno* haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginava subjugada.

Mas que memórias são essas? Discutiremos.

1.1 Memória

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos

cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira... embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem. (REIS, RIDENTI e MOTTA, 2004, p. 29).

Mas como se define, ou se tenta conceituar *Memória*? A Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

Jacques Le Goff (LE GOFF, 1994, p. 15) nos conta que, foram os gregos antigos que fizeram da Memória uma deusa, de nome *Mnemosine*. Ela era a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. *Mnemosine* lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos, preside a poesia lírica. Deste modo, o poeta era um homem possuído pela memória, um adivinho do passado, a testemunha inspirada nos *tempos antigos*, da idade heróica e, por isso, da idade das origens. Portanto, na mitologia grega, as musas dominavam a ciência universal e inspiravam as chamadas artes liberais. As nove filhas de *Mnemosine* eram: *Clio* (história), *Euterpe* (música), *Talia* (comédia), *Melpômene* (tragédia), *Terpsicore* (dança), *Erato* (elegia), *Polínia* (poesia lírica), *Urânia* (astronomia) e *Calíope* (eloquência). Assim, de acordo com essa construção mítica, a história é filha da memória. Entretanto, os cerca de vinte e cinco séculos de existência da historiografia demonstram uma relação ambígua e tensa entre *Mnemosine* e *Clio*.

As últimas três décadas do século XX foram marcadas, entre inúmeras outras transformações ocorridas na História, por uma reavaliação das complexas relações que vinculam e que separam a história e a memória. Se há trinta anos uma obra como *La mémoire collective* (1950), de Maurice Halbwachs, não despertou um interesse maior na comunidade dos historiadores, na década seguinte o quadro apresentou alterações substanciais. Esse movimento de reavaliação dos elos entre a história e a memória foi o resultado de um questionamento dos historiadores à visão tradicional acerca dos campos supracitados, como veremos nos parágrafos seguintes.

Para Peter Burke (BURKE, 2000, p. 67), a visão tradicional das relações entre a história e a memória se apresentava sob uma forma relativamente simples: a função do historiador era ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, quando escritos

para proveitos dos autores, para lhes proporcionar fama, e também em proveito da posteridade, para aprender com o exemplo deles.

Todavia, a explicação tradicional, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história espelha a memória, parece demasiado simplista na contemporaneidade. A história e a memória passaram a se revelar cada vez mais complexas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não se apresentam como as atividades inocentes que julgávamos até bem pouco tempo atrás. Tanto as histórias quanto as memórias não mais parecem ser objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos com a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção.

Coube a Maurice Halbwachs pesquisar mais detidamente o que denominou *estrutura social da memória*, ainda na década de 1920. Segundo o sociólogo francês, as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é *memorável* e as formas pelas quais serão lembradas. Portanto, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. *Lembram muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado* (BURKE, 2000, p.70).

Halbwachs estabeleceu uma clivagem entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva. Entretanto, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto coletivo, mas de grupos sociais. Sob essa ótica, existiriam “memórias sociais” dos senadores romanos, dos mandarins chineses, dos monges beneditinos, dos professores universitários, etc. Por outro lado, tornou-se um lugar comum na historiografia contemporânea sustentar que os amantes de *Clio*, em diferentes épocas e lugares, consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia) e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social (BURKE, 2000, p.71).

Não obstante, conforme Peter Burke, os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e

como fenômeno histórico. Sob o primeiro aspecto, além de estudarem a memória como fonte para a história, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos. Na verdade, essa tarefa começou a ser cumprida em parte nos anos sessenta, quando alguns historiadores contemporâneos passaram a entender a relevância da história oral.

Mesmo os que trabalham com períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos. (BURKE, 2000, p.72).

No que tange ao segundo aspecto, os historiadores devem estar interessados no que o autor denomina *história social do lembrar*. Partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo. *As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade* (BURKE, 2000, p.73).

Halbwachs afirma a existência da memória individual, mas para o autor ela é parte da memória coletiva construída pelo grupo que o indivíduo está inserido. As recordações e lembranças são relações que se estabelecem entre o indivíduo interiormente e os vários meios coletivos no qual faz parte.

Para o autor, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças sejam constituídas no interior deste grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A disposição de Halbwachs acerca da memória individual refere-se à existência de uma *intuição sensível*:

Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível. (HALBWACHS, 2004, p.42).

O sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a *um ponto de vista sobre a memória coletiva*. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado

pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 56).

Na busca da memória dos atores de 1968, consideramos a distância do acontecimento, e o espaço vivido por eles, do acontecido até o dia da narrativa prestada. Interpretações conjuntas com outros operários, prisões, debates, relações coletivas expressas na memória do indivíduo.

Para além da formação da memória, Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, *é uma imagem engajada em outras imagens* (HALBWACHS, 2004, p. 77). Ou:

...a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p. 77).

As lembranças podem ser simuladas quando, ao entrar em contato com as lembranças de outros, sobre pontos comuns em nossas vidas acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por outro lado, afirma Halbwachs, não há memória que seja somente *imaginação pura e simples ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior*, ou seja, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito (HALBWACHS, 2004, p. 80).

A memória individual toma, frequentemente, como referência pontos externos ao sujeito, por isso não há o isolamento da mesma. O suporte em que se apóia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica. A vivência em vários grupos desde a infância estaria na base da formação de uma memória autobiográfica, pessoal. Também importante neste processo, assinala Halbwachs, são as percepções acrescentadas pela memória histórica:

...os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo. (HALBWACHS, 2004, p.73).

Para o autor, a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias coletivas). Ora, justamente porque a memória de um indivíduo ou de um país estão na base da formulação de uma identidade, que a continuidade é vista como característica marcante. A história, por outro lado, encontra-se pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, o que para Halbwachs faz das memórias coletivas apenas detalhes:

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira. (HALBWACHS, 2004, p. 91).

A história de uma nação pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo, daí a diferenciação estabelecida por Halbwachs entre *memória e história* (HALBWACHS, 2004, p.85). Desta forma, podemos questionar a historiografia que não leva em conta a voz dos atores que nela estavam presentes, no caso do nosso objeto, os operários. Pois falta a esta historiografia, como fala Halbwachs, o *detalhe*, a classe operária, sujeitos fundamentais na reconstrução da história de 1968 no Brasil.

A escrita da *História* passou por significativas mudanças. Passamos a questionar a própria noção de tempo, e a objetividade, durante tanto tempo cara ao historiador, vem sendo relativizada, pois assim como o historiador é fruto de seu tempo, também o é o discurso histórico por ele produzido. As fontes escritas também não são menos inverídicas do que as fontes orais, ambas devem ser analisadas criticamente, este sim critério indispensável àqueles que concebem a prática historiográfica como científica.

O autor Michell Pollak, analisa a cientificidade da história, e a confrontação entre fontes escritas e orais, assim como a confrontação entre memórias oficiais e populares. Para ele o estudo da memória de grupos ou organizações privilegia acontecimentos, datas e personagens. *A memória coletiva é parte de tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes* (POLLAK, 1989, p. 7).

Pollak usa a expressão *memórias em disputas* ao analisar a memória dominante ou memória oficial e a memória subterrânea. Segundo Vieira (2006), apesar do intenso trabalho de enquadramento, algumas memórias, mantidas durante muito tempo na invisibilidade ou no silêncio, aguardam o momento propício para se irromper, podendo revelar aspectos de nossa história social que se encontravam submersos. A especificidade da história oral consistiria em mostrar, por meio das memórias individuais, os limites do enquadramento da memória.

O autor Alessandro Portelli (1998) em sua obra, *O Massacre de Civitella Val de Chiana*, no qual 115 civis italianos foram mortos em um único dia pelos soldados alemães, em junho de 1944, em retaliação à morte de dois soldados alemães, pela resistência italiana a ocupação nazista. O autor utiliza o conceito de *memória dividida* uma referencia a Giovanni Conni que aborda, de um lado a uma memória *oficial* que comemora o massacre como um episódio da resistência italiana e compara as vítimas, a mártires da liberdade. De outro, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes - focada no luto, nas perdas pessoais e coletivas - que entrou muitas vezes em choque com a memória oficial.

Para o autor, além da variedade entre os campos da memória a uma variedade de possibilidades no interior destas. Uma pluralidade fragmentada inerente às diferentes memórias. Segundo ele, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 1998, p. 106).

Portelli (1998) analisa o trabalho de Halbwachs (2004) quando faz referência à memória coletiva. Mas para o autor, a elaboração da memória e o ato de lembrar são ações individuais. Para ele, a memória é social e pode ser compartilhada. Todavia, esta apenas se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Em sociedades complexas, como a sociedade em que vivemos, os indivíduos fazem parte de diversos grupos e extraem deles sua memória, organizando-a de forma idiossincrática. A memória coletiva torna-se possível apenas quando abstraída da memória individual. Em geral, a pressão para não esquecer materializa o controle social, contribuindo para resguardar as lembranças de determinado grupo.

Desta forma, Portelli busca desmitificar o caráter espontâneo atribuído à memória coletiva, e busca outras formas de análises, como uma formalização

igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagem, senso comum e instituições.

Os autores utilizados como referências sobre o objeto aqui pesquisado foram reinterpretados, questionados e comparados com a memória narrada pelos atores do processo grevista em Contagem. Michael Pollak denominou estas de *memórias subterrâneas*, em referência às camadas populares. Para Pollak, estas memórias marginalizadas abrem novas possibilidades no terreno fértil da história. Não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias *que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível e que afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados* (POLLAK, 1989, p. 13).

A emergência destas memórias vem ocasionando, conforme aponta Pollak, a disputa entre memórias, ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada (POLLAK, 1989, p. 15).

A forma como se estabelece a escrita da história, como concebida nestes tempos de estudiosos preocupados com *memórias subterrâneas* transformou-se profundamente até os dias atuais. E se, a memória retornou ao meio acadêmico com tamanha força, isto, sem dúvida, decorre das questões que o tempo presente vem colocando ao historiador e à sociedade atual. Daí questiono os historiadores, que criticam os historiadores do século XX, pois só através de análises de objetos com espaço curtos de tempo do acontecido, poderemos entender as mudanças cada vez mais rápidas do mundo atual.

A globalização recorrente nos dias atuais é parte indissociável do que agora molda o homem, que procura compreender seu tempo, seu passado. Também aí se insere a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de alargar o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam a atividade humana. Ambos os processos reclamam a questão da identidade, seja ela de minorias, seja do ponto de vista da nação. Daí o discurso da *memória* alcançar tamanho significado nos dias de hoje.

Porém, sempre devemos lembrar que a história, e por sua vez a memória, estabelecem um espaço de disputa. Quando pensamos em um mundo bi-polarizado,

entre Estados Unidos e União Soviética, intitulada guerra fria, onde o maior front de batalha foi o de corações e mentes. A memória da guerra também é disputada. No Brasil, de ditadura militar apoiada pelos Estados Unidos e de grupos armados de esquerda apoiados pela União soviética, a disputa da memória deste período se estabeleceu durante e logo depois dos acontecimentos⁴.

O espaço de disputa, protagonizado por setores da esquerda e membros das Forças Armadas, durante o regime militar brasileiro refletiu-se na produção de uma extensa memória. Ainda no período em que vigorava a ditadura, surgiram as primeiras publicações narrando os fatos da época segundo abordagens específicas. Os relatos dos atores constituíram um rico material para a leitura do período. Porém, também são uma complexa reunião que, por vezes contraditórias, estabeleceram um espaço de disputa pela versão do que foram aqueles anos de chumbo. São variadas as temáticas e debates que se apresentam visando definir ou rever memórias que, inevitavelmente, estão atreladas a ressentimentos, derrota e vitórias que desenham, algumas vezes, cenários confusos.

Na disputa pela versão histórica dos fatos, o grupo que foi vítima da repressão do Estado impõe-se como principal protagonista. Tão grande foi a covardia e a injustiça, ganha força o discurso dos vencidos. Assume, assim, uma postura política e de denúncia dos acontecimentos por ele vividos com o objetivo de desmistificar uma memória oficial forjada nos anos do regime militar pela estrutura dominante. Segundo Daniel Aarão Reis: *Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente* (REIS, 1997, p. 33).

Ao longo do processo ditatorial que se instalou no Brasil, após o golpe militar de 1964, setores relacionados aos militares trabalharam a construção de uma memória oficial, marcada pelo encobrimento de determinados fatos. Paralelamente, a repressão aguçava seu poder de intervenção através do aparelhamento técnico e logístico da polícia política. As prisões do regime foram marcadas pela ilegalidade e maus-tratos desde o início. Pessoas enquadradas por crimes contra o Estado e a Segurança Nacional foram presas ainda nos meses iniciais. Documentos da embaixada britânica no Brasil revelaram que, em abril de 1964, a contagem de presos políticos já indicava cerca de

⁴ Fato importante nesta disputa, é a não liberação dos arquivos oficiais da ditadura militar ou parte importante dele, ainda sob domínio do Estado brasileiro.

três mil. Muitos ficaram isolados por dias, sem direito ao contato com familiares e advogados e em condições mínimas de sobrevivência carcerária.

Ao mesmo tempo em que os militares realizavam as prisões políticas, em grande parte acompanhada de torturas, publicamente negavam as ilegalidades contidas no fato. Impingida por uma utopia desenvolvimentista que permearam os anos de maior repressão, a população assumia para si a versão difundida. Os presos políticos eram associados ao terrorismo⁵.

Porém ainda no período da ditadura, foi forjada uma versão oficial dos fatos que tomou por base informações relacionadas ao setor dominante. No entanto, apesar das tentativas de se imprimir uma memória oficial do Brasil sob os governos militares, outras versões estabeleceram uma disputa pelo espaço ainda nos anos iniciais, em ações protagonizadas por alguns integrantes da imprensa.

Nesse sentido, cabe dizer que o espaço da memória oficial vigente no período foi disputado por vários setores sociais. A repressão e a censura não puderam apagar outras construções de memórias que afloraram, principalmente, no contexto de redemocratização imprimido nos anos finais da década de 1970.

A classe dominante com a memória coletiva dos militares, versão oficial uniformizadora, não foi eficaz ao se estabelecer enquanto relato da história nacional. Com a campanha pela Anistia dos presos políticos e exilados, que implicou o retorno de alguns, abre o espaço para a disputa de versões e controvérsias, expressas numa vasta produção bibliográfica, principalmente a partir dos anos 80. A memória silenciada das vítimas das torturas do regime militar, de fato, ocorrera a nível nacional, não sendo, porém, apagada no âmbito dos setores de luta pelos direitos humanos.

Michael Pollak apresenta a memória também como um campo de disputas e de reconstrução do passado. Retoma a discussão sobre a questão da memória coletiva e da memória individual, salientando o caráter impositivo e a violência simbólica que envolve a primeira.

Para buscarmos esta memória coletiva e individual, usamos entrevistas, e analisamos a narrativa de cada sujeito, além dos fatos recordados como objeto de pesquisa, a narrativa também nos apareceu como tal. Pois ela é a versão falada da memória dos sujeitos e contém nela fatores a serem estudados:

⁵ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 77.

Por mais familiar que seja a palavra narrador, não será possível dizer que este nos pareça estar presente na sua atuação real. É alguém já distante de nós e a distanciar mais e mais. Apresentar um Leskov como narrador não significa, por isso, aproximar-se, mas pelo contrário aumentar a distância que medeia entre nós e ele. (BENJAMIN, 1994, p. 63).

Segundo Vieira (2006), Benjamin atribui à narrativa um interesse prático, apesar da distância entre o narrador e o pesquisador. Segundo ele, a narrativa é uma forma artesanal de comunicação. Sua intenção primeira não é transmitir a substância pura do conteúdo, como o faz uma informação ou uma notícia. Pelo contrário, imerge essa substância na vida do narrador, para em seguida, retirá-la dele próprio, ou seja, o que o narrador narra, não é a história como aconteceu e sim como ele nos conta que aconteceu, passando pelo filtro de suas escolhas e valores (VIEIRA, 2006, p. 18). No seu relato, o narrador não impõe interpretações e explicações, sua retórica também é objeto de análise, pois relata sob seu olhar pessoal do acontecido. Como continua Benjamin:

... a narrativa sempre revelará a marca do narrador, assim como a mão do artista é percebida, por exemplo, na cerâmica... a sua marca pessoal, revela-se nitidamente na narrativa, pelo menos como relator, se não como alguém que tenha sido diretamente envolvido nas circunstâncias apresentadas. (BENJAMIM, 1994, p. 65).

Segundo a autora Maria Clarice Vieira em sua tese de doutorado, o narrador, no momento em que relata sua experiência, exerce sobre o ouvinte o poder de capturar e seduzir. O ouvinte por sua vez busca a experiência e a recordação da vida através da memória do sujeito.

...a memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes redefinem-se continuamente. Urde cenários que dissertam sobre o passado de uma vida cuja perda é irreparável. Ostenta campos onde se podem colher fragmentos de um mundo que se desintegrou. Também guarda câmaras, às vezes assustadiças que se recusam a abrir... Pode tornar-se interdito à memória lembrar histórias que nos colocam em situação de desonra, de impotência e de perda. Dessa forma, ajustes na memória, em termos de esquecimento, podem ajudar ‘um retorno ao passado, de forma que possamos, mais facilmente, assumir o que somos hoje. (GROSY e FERREIRA apud VIEIRA, 2006, p. 15).

Porém, a memória está sempre em constante evolução, ela se modifica conforme o narrador é instigado seja intencionalmente, seja por fatos cotidianos. Segundo a autora ainda, a memória é concebida como uma construção imaginária e de elaboração simbólica, pois aquele que rememora tece uma relação afetiva com o passado e tende a mitificá-lo.

Para o narrador, além desta relação afetiva com o passado, a memória também é seletiva, sendo impossível a recordação total da história vivida, apenas os momentos significativos do passado são lembrados. Além disso, devemos considerar que a memória tem como referência o tempo presente que esses sujeitos estão vivendo para reconstrução do passado. Os nossos narradores enfocaram as questões políticas quando interrogados, a seleção natural da memória, selecionou a política, o que para eles era fundamental naquele processo grevista e seu envolvimento com o sindicato.

Vieira (2006), ao analisar o autor Halbwachs quando estuda os *quadros sociais da memória*, destaca a iniciativa que a vida atual do sujeito confere ao fenômeno da memória. Afirma que a lembrança é reconstruída com base nos elementos que estão à nossa disposição e que povoam nossa consciência atual. Exclui a possibilidade de reviver os eventos do passado tal como foram vividos. A lembrança é um chamado do presente para o passado, que se vale das nossas preocupações atuais.

A autora nos traz uma análise importante sobre Pollak, reiterando o caráter seletivo da memória, caracterizando-a como um fenômeno socialmente construído. Para Pollak, a memória é socialmente herdada e não se restringe à vida física da pessoa. Ela sofre flutuações, de acordo com o momento em que está sendo expressa ou articulada, e as preocupações atuais são elementos que lhe servem de sustentáculo. No que tange à memória herdada, destaca uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

A memória é um dos elementos constituintes do sentimento de identidade (POLLAK, 1989, p. 5). Uma imagem que o narrador tenta transferir ao pesquisador, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si próprios, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. Segundo Vieira:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade. Ela resulta de um trabalho de organização e seleção daquilo que é importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução. Como a imagem de si é construída em relação ao outro, ela envolve um processo de negociação e de transformação em razão do outro, englobando critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Nessa perspectiva, memória e identidade não são essências de uma pessoa ou de um grupo, mas elementos constituintes de um complexo trabalho de elaboração, que se realiza por meio do confronto de valores. (VIEIRA, 2006, p. 18).

Completa Pollak, *valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos* (POLLAK, 1989, p. 5).

Neste sentido, pesquisamos a construção da memória coletiva através das greves dos operários em 1968 na região de Contagem. Utilizamos a vivência e a experiência cotidiana coletiva, adquirida através de uma organização de operários, para discutir a construção desta memória dialogando com sua realidade social. A memória enquanto parte da experiência destes trabalhadores, profundamente amarrada no tecido das relações sócio- econômicas e política brasileira.

A memória é uma construção histórica e, portanto, passível de modificações ao longo do tempo e segundo o contexto em que se insere. Nesse sentido, por se tratar de um discurso, apresentará transformações ao longo do tempo, tendo elementos que são comuns aos vários discursos.

1.2 Experiência

A partir de Edward P. Thompson (1987), poderemos inferir que a experiência coletiva é parte fundamental para a consciência de classe. Maria Ciavatta, sobre Thompson, *Amplia a noção de classe trabalhadora, de um conteúdo meramente econômico (proprietários e não-proprietários dos meios de produção), para suas dimensões sociais e culturais* (CIAVATTA, 2002. p. 35).

Nesta pesquisa, buscamos iluminar as relações sociais e políticas existentes no meio operário, observando, nas fontes, as práticas e experiências cotidianas, familiares, educacionais e sindicais. De acordo com Magda de Almeida Neves, *a experiência que foi sendo formada historicamente, com base na cultura e na política, no cotidiano vivido por cada um dos trabalhadores... Cotidiano constituído pelo espaço da casa e também do bairro, da fábrica e do sindicato* (NEVES, 1995, p.145).

A experiência é parte da construção da cultura popular localizada no equilíbrio das relações sociais, principalmente no ambiente de trabalho. Local onde há exploração e resistência à exploração, estratégia de controle e subordinação, e ao mesmo tempo, subversão da ordem estabelecida. Como nas palavras do ex-operário de 1968, Ênio Seabra:

Nosso trabalho de organização acontecia dentro das próprias fábricas, em comissões, nas reuniões dos sindicatos até 1964, no horário de almoço ou

na casa de alguém. Tínhamos toda a liberdade de ir e vir dentro das fábricas e conversávamos com todo mundo, distribuíamos boletins e jornais. Às vezes, eu ficava na fábrica até de noite, colhendo assinaturas dos trabalhadores ... (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968 no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

Esta construção é formada pelos costumes e pelas tradições, pois apesar da greve ser um evento de curta duração, a sua construção e suas consequências tem longa duração. Ainda nas palavras do Ênio Seabra:

... Dizer que o pessoal estava despreparado não é verdade. Os metalúrgicos tinham uma tradição de luta. Além disso, muitos trabalhadores dentro do movimento metalúrgico já eram militantes do Partido Comunista há muitos anos... Também havia muito contato entre os operários das diversas fábricas porque todo mundo morava por ali. Dava pra difundir a luta... (Notas de depoimentos coletados por ocasião da comemoração dos 40 anos da Greve de 1968 no dia 23 de abril de 2008, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem).

As manifestações e greves anteriores a 1968 são as experiências dos trabalhadores de Contagem contra aqueles que detêm os meios de produção, experiência que é parte da construção da consciência de classe. Experiência de movimentos e greves passadas, formação política e organização.

Estas experiências cotidianas são elementos que formam uma identidade coletiva. Estes trabalhadores começam a ter sua própria forma de ver o mundo, de se comportar e de se organizar. Segundo Chartier:

...as práticas que visam reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p. 56).

Esta identidade segundo Thompson, é a identidade de classe, *um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se* (THOMPSON, 1987, p. 9).

O *fazer-se* segundo relata o ex-operário Ênio Seabra, a experiência e a preparação dos operários antes das greves de 1968. Sua experiência sindical de organização nas fábricas, suas formas de resistência e sobrevivência em um ambiente de exploração do trabalho e da vida. Esta experiência adquirida no *fazer-se* constitui a classe. Classe definida como:

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência... mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja a ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas... noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. (THOMPSON, 1987, p. 9).

As greves dos operários metalúrgicos de Contagem em 1968 expressavam os interesses de classe dos trabalhadores, contra o projeto de sociedade implantado pela classe dominante formada pelo Estado e os empresários. Operários que tinham sua forma própria cultural ao se organizar, fruto da experiência, da tradição. Acrescentada às péssimas condições de vida e de se organizar em época de repressão militar, o movimento dos trabalhadores em 1968 apresenta-se como fruto de uma consciência de classe, como relata Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra os homens cujos os interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Problemas comuns entre os operários, como infra-estrutura, transporte, saneamento básico, péssimas condições de trabalho, baixos salários, direitos civis suspensos, juntamente com uma experiência e tradição de luta, formou nosso objeto de pesquisa, o movimento grevista de 1968 em Contagem.

E sobre o objeto refletimos nas possíveis possibilidades metodológicas para a pesquisa histórica, esse é nosso ponto de partida para discussão ampla do método em pesquisas históricas envolvendo trabalhadores.

2. Bibliografia

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 17. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, jan./abr.1991.

CIAVATTA, Maria. A Memória dos Trabalhadores de classe Subalterna a Construtores da Democracia. In: **Revista Trabalho e Educação**. Página 33-48, Jul/dez nº. 11. Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991**. (trad. Marcos Santarrita, Revisão Técnica: Maria Célia Paoli). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Reflexões Sobre a História**. Lisboa: Edições 70, 1999.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem**. Petrópolis: Vozes, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos. n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana** (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum in: AMADO E FERREIRA (1998) Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Versões e Ficções: O Seqüestro da História**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura. In: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. A ideia de revolução: da luta armada ao fim do exílio. In: idem (org.). **Que história é essa?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Maria A. De Miranda; ROCHA, Vicente Eustáquio. **A estruturação Urbana de Contagem – Evolução e quadro atual**. Coleção Plano Diretor – Vol. II, 53p. Contagem, 1993.

VIEIRA, Maria Clarice. **Memória, História e Experiência: Trajetórias de Educadores de Jovens e Adultos no Brasil**. FAE – UFMG, 2006. (tese de doutorado).